

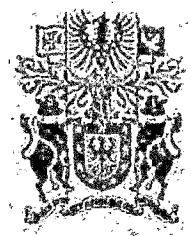


I Representação Parlamentar I

**Bloco
de Esquerda
Açores**

Apurada

*com 3 chapeiros
do CDS e 1*



*Distribuição de
votos e despesas*

votos favoráveis de

- 22 PS*
- 15 PSD*
- 1 BE*
- 1 PCP*
- 1 PPM*

[Signature]
7/9/2016

**Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a Vossa Excelência, para efeitos de admissão, nos termos Estatutários e Regimentais, **substituição integral do Projeto de Resolução - Criação de Comissão Científica para elaboração dos objetivos e competências do Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar**

Com os nossos melhores cumprimentos,

A Representação Parlamentar do BE/Açores

Zuraida Soares

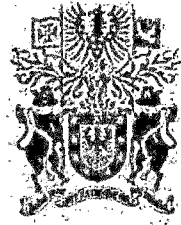
(Zuraida Soares)

Horta, 7 de setembro de 2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 2484	Proc. n.º 109
Data: 06/09/07	N.º 160/X



I Representação Parlamentar I



Projeto de Resolução

Proposta de substituição Integral

Criação de Comissão Científica para elaboração dos objetivos e competências do Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar

Nos últimos anos, muito se tem falado da economia do mar na Região Autónoma dos Açores, no país, e na União Europeia.

Nas incontáveis conferências e simpósios realizados, invariavelmente, conclui-se que a economia do mar, nas suas diversas vertentes, é um caminho de futuro para Portugal. Apesar disso, pouco ou nada se tem feito para a sua concretização.

Esta situação é particularmente gravosa para a Região Autónoma dos Açores, que é responsável pela maior área de soberania marítima do país. Uma área que pode vir a aumentar, caso a ONU aprove a extensão da plataforma continental, que elevará para cerca de 2,6 milhões de quilómetros quadrados a área do mar da nossa região e para um total de 4 milhões de quilómetros quadrados a área de todo o país.

Sem prejuízo das atividades tradicionais da economia do mar, estão em aberto novas latitudes nessa economia, como, por exemplo, a biotecnologia e outras vertentes do desenvolvimento tecnológico como a robótica, a exploração dos solos e subsolos marinhos, assim como, o turismo marinho no mar profundo e arqueológico, a valorização da pesca e a exploração de novos recursos. Para além da importância do mar nas alterações climáticas, mormente, no desenvolvimento de energias renováveis.

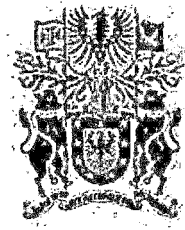
No entanto, ao contrário do que seria de esperar, tendo em conta estas novas oportunidades, os últimos anos foram inclusivamente marcados por uma regressão na disponibilidade dos instrumentos para o estudo do mar e das suas potencialidades, prevalecendo uma lógica de concessão de direitos de exploração a terceiros, que retira, ao País e à Região, a capacidade de usufruir das mais valias dessa promissora economia.

Neste contexto, é de saudar que a concretização, nos Açores, de um centro de investigação do mar esteja expressa no programa do atual Governo da República.

São também positivas as declarações de vários responsáveis políticos que nos últimos tempos se têm deslocado aos Açores, assumindo a vontade política de concretizar este ponto do programa de Governo.



I Representação Parlamentar I



No Plano e Orçamento Regional para 2015 foi aprovada a criação de um Centro Público Internacional das Ciências do Mar, ficando o Governo Regional mandatado para negociar com o Governo da República, no âmbito dos Projetos de Interesse Comum, e nos termos Estatutários, o processo para a sua implantação na Região Autónoma dos Açores.

A concretização deste projeto torna-se mais premente a cada dia que passa, pois, o interesse das grandes empresas internacionais pela prospeção dos fundos marinhos dos Açores já se faz sentir.

A capacidade da Região para fiscalizar esta atividade de prospeção e mais relevante a capacidade para avaliar os impactos da a atividade para garantir a manutenção dos habitats e ecossistemas é atualmente, praticamente nula. Esta fragilidade expõe o mar dos Açores a uma futura exploração sem controle, com todos os riscos – ambientais e outros – inerentes a uma exploração desenfreada.

Além disso, a riqueza da biodiversidade do mar dos Açores, e particularmente das fontes hidrotermais, é já hoje motivo de cobiça, sem que a Região tenha capacidade instalada para uma investigação científica profunda, que permita que as mais valias deste trabalho sejam património da Região.

Tendo ainda em atenção, no quadro nacional a importância decisiva dos Açores para que o nosso país tenha no futuro com a aprovação pela ONU da extensão da plataforma continental, a maior zona económica marítima da Europa, a constituição do projetado centro de investigação com o carácter jurídico de Instituto Público com sede no Faial surge como da mais elementar justiça.

Apesar das imensas declarações políticas a favor da criação de um centro de investigação no Faial, mais uma vez, ainda não se conhecem passos concretos neste sentido. Uma situação que levanta dúvidas, consubstanciadas pelo facto de a comunidade científica açoriana não ter sido chamada, de forma organizada, a dar o seu contributo determinante para este projeto.

Não se compreende que um projeto desta envergadura e com tantas implicações para o futuro dos Açores não tenha uma forte participação, na sua conceção, da comunidade científica da Região, que é quem melhor conhece as potencialidades do mar dos Açores.



I Representação Parlamentar I



Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que:

- 1- No âmbito do trabalho da constituição do Centro de Observação Oceânico (designado e aprovado no art. nº41 do Plano e Orçamento de 2015, sob a epígrafe Centro Público Internacional das Ciências do Mar), fomente a participação e proceda à auscultação das Instituições e Entidades Científicas Regionais, nomeadamente, o Departamento de Oceanografia e Pescas e o Departamento de Biologia da Universidade dos Açores, bem como os Centros de Investigação com atividades relativas ao Mar.
- 2- Informe a Comissão Permanente dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho das decisões fundamentais que vierem a ser adotadas neste processo, nomeadamente, quanto à sua constituição formal.

A Representação Parlamentar do BE/Açores

(Zuraida Soares)

Horta 7 de setembro de 2016